

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 05 - Trabalho de cuidado

Os trabalhos de cuidado infantil no Brasil:
espelhos das desigualdades de classe e gênero

Nathalie Reis Itaboraí

Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos
(IESP – UERJ)

Os trabalhos de cuidado infantil no Brasil: espelhos das desigualdades de classe e gênero

Propõe-se mapear a situação dos trabalhos de cuidado infantil no Brasil, em suas dimensões pública e privada, com foco nas desigualdades de classe e gênero que tais trabalhos expressam. Dados de usos do tempo, de emprego doméstico e de investimentos públicos em políticas de cuidado infantil são cotejados com a literatura feminista e/ou sociológica sobre o tema. Observa-se que não apenas variam os arranjos de cuidado infantil por classe social, como também lógicas desiguais ligam as classes através do emprego doméstico, com a transferência de responsabilidades maternas das classes mais altas para as mais baixas. Destaca-se também a persistente e desigual divisão sexual do trabalho nas famílias e suas implicações nas oportunidades de emprego das mulheres, agravada pela ainda baixa participação do Estado no cuidado infantil nos primeiros anos de vida.

Resumo expandido:

No mercado de trabalho e na família, remunerado ou não, o cuidado infantil é um trabalho que expressa estratificações sociais de classe e gênero¹. As desigualdades sociais começam no berço já que crianças têm diferentes direitos ao cuidado de seus pais conforme o tipo de trabalho destes. Legalmente definidas como 5 dias para os homens e 4 meses para mulheres, o que é um reforço institucional a desigualdades de gênero - portanto, no Brasil, é compulsoriamente a mãe que presta cuidados a recém-nascidos (GUEDES, 2007, p. 6) -, as diferenças na cobertura das licenças parentais também reforçam desigualdades de classe. A licença só atende a trabalhadoras asseguradas, deixando de fora o grande contingente de trabalhadoras informais, e no serviço público está regulamentada a extensão até 6 meses, possibilidade que também existe nas empresas privadas, mas apenas as de grande porte que optem por aderir a licença estendida.

Quanto ao gênero, observa-se certa universalidade no fato de que as mulheres cuidam majoritariamente em todas as classes, mas há margem para arranjos de cuidado infantil variáveis, como o recurso a empregadas domésticas, mães crecheiras, creches públicas ou privadas, ou cuidados por parentes, em especial avós. O conceito antropológico de dom ou dádiva que tem uma lógica simultaneamente de interesse-desinteresse ou obrigação-espontaneidade expressa bem a ambiguidade do trabalho doméstico e de cuidado infantil exercido na esfera privada. Nas famílias, os serviços são trocados para construir vínculos afetivos, mas as cargas de trabalho na esfera pessoal levam a oportunidades desiguais para as pessoas - geralmente mulheres - em outras esferas como as de emprego, educação ou lazer, espelhando-se nos desiguais indicadores de gênero das sociedades². O problema é agravado pela falta de políticas que assegurem o cuidado como um direito, fazendo com que este seja exercido mais na lógica da dádiva

¹ Nesta análise focaliza-se o trabalho de cuidado infantil como expressão de desigualdades de gênero e classe, mas não se desconhece que, no caso brasileiro, saltam aos olhos também as desigualdades étnico-raciais já que são sobretudo mulheres negras que estão no trabalho doméstico. Esse aspecto será abordado no texto final sempre que houver dados disponíveis.

² As causas do impacto da idade dos filhos sobre o emprego de suas mães estão muitas vezes relacionados à falta de políticas de cuidado para crianças de 0-6 anos. Especialmente as crianças de 0-3 anos têm um acesso muito baixo a creches, apenas 13,3% em 2005, enquanto o percentual é melhor, mas ainda incompleto, para crianças de 4 a 6 anos (72,7%). O acesso também é muito desigual: pior para a população que não é branca, residentes em áreas rurais nas regiões mais pobres (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e para os mais pobres (IPEA, 2007).

familiar, como sugerido pelo título de uma publicação do MAGE denominada "Femmes providentielles" (TRAVAIL, GENRE ET SOCIÉTÉS, 2001).

O termo "afazeres" para referir-se ao trabalho exercido na família de forma não remunerada ou mesmo o emprego de "trabalho" como equivalente de emprego remunerado expressam a naturalidade com que a atribuição feminina do trabalho doméstico e de cuidado é tratada. Pesquisas de usos do tempo na América Latina (CEPAL, 2010b) vem calculando o tempo de trabalho total - remunerado e não remunerado³ – demonstrando que se os homens se dedicam mais ao trabalho remunerado, as mulheres tem um tempo de trabalho total maior, pois a conta do trabalho não remunerado é muito alta e desigual para com as mulheres.

Para um objeto com ainda poucas bases de dados, optou-se por uma estratégia de recuperação dos dados existentes em pesquisas do IBGE, outros dados oficiais e de programas governamentais ligados ao emprego doméstico e a educação infantil⁴, além da revisão das análises já existentes. Nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) não é possível separar as informações sobre cuidado infantil do trabalho doméstico em geral, mas oferece-se uma boa aproximação das desigualdades de gênero no trabalho não remunerado na esfera privada. Em especial, nota-se que desde muito cedo é possível observar as desigualdades entre meninos e meninas na dedicação ao trabalho doméstico. Já a Pesquisa de Padrão de Vida (PPV, 1996) oferece dados sobre quem cuida habitualmente das crianças permitindo ver mais claramente não apenas a responsabilidade predominantemente materna, como também as variações por classe nos arranjos de cuidado infantil.

Diferenciais por gênero no trabalho de cuidado infantil também aparecem no emprego doméstico. Quando se analisa a participação de homens e mulheres no trabalho doméstico ou como cuidadores remunerados, nota-se que estes são muito mais frequentes

³ De acordo com o Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2010a, p. 80), o indicador do trabalho total é o "número total de horas dedicadas ao trabalho remunerado e doméstico não remunerado, discriminadas por sexo". Ao incluir o trabalho pago e o trabalho não remunerado, rompe-se, portanto, com a visão tradicional de que trabalho é igual a emprego.

⁴ Como o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). Destaca-se também a importância do Brasil ter incluído o problema das creches nos programas sociais de transferência de renda, como é o caso do "Programa Brasil Carinhoso". Com a transição demográfica relativamente avançada no Brasil, que leva a taxas de fecundidade abaixo da taxa de reposição (pelo Censo 2010, 1,9 filhos), a população infantil está em declínio no Brasil e a tendência de redução da fecundidade, ao reduzir a demanda de creches e escolas infantis, pode ser entendida como uma oportunidade de investimentos em maior qualidade, aproveitando a versão infantil do "bônus demográfico".

na População Economicamente Ativa (PEA) feminina que na masculina. As razões subjacentes a esse fato incluem desde a crença de que os serviços de cuidado são atribuições femininas, sendo as mulheres socializadas para isso desde a infância, até as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho onde, em parte por suas maiores responsabilidades domésticas, as mulheres muitas vezes se vêem segregadas em ocupações que exigem menor educação (ainda que as mulheres venham superando a escolaridade masculina) e piores condições de trabalho e renda. Por suas condições precárias, muitas vezes o emprego doméstico ou de cuidador não proporciona um efetivo empoderamento das mulheres, já que, ademais da proporção de trabalho informal, o emprego doméstico ainda que com carteira assinada não conta com os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Ademais, por sua extensa jornada de trabalho, afeta a capacidade das empregadas domésticas de cuidar a si próprias e a seus filhos, situação dramatizada nas relações de classe em cada país e em fluxos migratórios internacionais de mulheres de países pobres para países desenvolvidos. Como as cuidadoras são, na maior parte das vezes mulheres, remunerado ou não, o trabalho de cuidado (já que cuidar sempre implica algum vínculo) infantil ainda transita, portanto, entre diferentes dádivas femininas, familiares ou institucionalizadas.

Desde meados do século passado, na Europa e Estados Unidos, movimentos de mulheres criticam a invisibilidade do trabalho das mulheres na esfera doméstica, revisão que também ocorre na América Latina. A Economia feminista dedica-se a questionar os pressupostos tradicionais de escolas econômicas - que não consideram o cuidado (Economia do cuidado) como parte da organização econômica das sociedades - e a construir ferramentas para medir e dar visibilidade ao trabalho não remunerado (RODRÍGUEZ, 2012). Esses esforços buscam criticar a divisão sexual do trabalho e seus impactos nas oportunidades das mulheres no mercado de trabalho, tendo por meta uma maior equidade entre homens e mulheres na vida privada e no mercado de trabalho. Aliás, o quadro atual é agravado pela flexibilização e enfraquecimento da regulação do trabalho, que abrandou a fronteira entre trabalho e lazer/vida familiar, com impactos na intensificação da jornada de trabalho (DEDECCA, 2008). As consequências desses processos são diferenciadas por gênero, sendo as mulheres mais penalizadas quanto à extensão da jornada total de trabalho.

Fazer análises comparativas, seja sobre desigualdades no público e no privado, seja quanto às diferentes condições sociais das mulheres, é uma prática comum

nos estudos sobre família e trabalhos também no Brasil. Sorj (2004) realça as perspectivas de análise abertas pela articulação entre esfera da produção econômica (trabalho remunerado) e esfera da reprodução (família), permitindo analisar, por exemplo, as implicações da participação diferenciada das mulheres no mercado de trabalho sobre suas representações e práticas familiares. A autora compara mulheres do setor formal e informal, notando práticas familiares um pouco menos desiguais entre as primeiras, assim como entre as mais escolarizadas. A comparação por classe aqui proposta permite igualmente articular arranjos de cuidado infantil e tempo de trabalho total com dados sobre a condição familiar das mulheres em diferentes tipos de arranjos ou suas características comparadas a de seus cônjuges nos arranjos de tipo casal.

Os desafios da “conciliação” entre vida familiar e trabalho e a forma que estes assumem no Brasil ou em outros contextos foram objeto de muitas análises (ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2007). Soluções que apontam para políticas de família ou políticas de emprego sugerem para onde pende mais a balança em diferentes sociedades, num contexto em que o crescimento do trabalho feminino entre mulheres com diferentes condições familiares deixa clara a opção feminina pelo trabalho, a despeito de não ter havido uma mudança correspondente na divisão do trabalho doméstico e no cuidado infantil. Todavia, como argumenta Hirata (2002), “conciliação” entre família e trabalho é um falso dilema, pois ainda resolvido apenas pela mulher e sem uma transformação na divisão do trabalho doméstico, bem como sem mudanças nos contratos de gênero (MAHON, 1995) que prevalecem nas sociedades. A autonomia feminina, potencializada por mudanças como o controle da fecundidade e as leis de divórcio, é uma revolução que para na porta de casa, onde as normas tradicionais de gênero parecem ser ainda muito resistentes. Embora as mudanças na divisão do trabalho venham sendo lentas e com um viés para os mais educados, é necessário ter em vista, segundo Esping-Andersen (2009), que uma verdadeira revolução produz dialéticas, cabendo investigar as mudanças na condição masculina⁵.

Muitos há que caminhar no Brasil para a afirmação do cuidado como um direito dos cidadãos (MONTAÑO; CALDERÓN, 2010) - e não um mero apoio às mães cuidadoras ou uma medida paliativa de bem-estar para os mais vulneráveis. Há que mudar de um modelo familista para um modelo em que o Estado não apenas reconhece o

⁵ O que é em parte dificultado pela ausência de dados sobre história familiar masculina, visto que informações sobre uniões, fecundidade e temas correlatos são pesquisadas apenas para mulheres.

direito a cuidados como um direito humano para todos, mas também propicia para infraestrutura de atendimento adequada, favorecendo um melhor equilíbrio na distribuição das responsabilidades de cuidado entre famílias, Estado, mercado e comunidade.

Referências

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. (Orgs.) *Novas conciliações e antigas tensões?* Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Manual de uso del Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 2010a.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado)*: recopilación experiencias encuestas de uso del tiempo en los países. División de Asuntos de Género, Santiago, 2010b.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo, desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ESPING- ANDERSEN, Gosta. *The incomplete revolution*: adapting to women's new roles. Cambridge: Polity Press, 2009.

GUEDES, Moema. *A economia do cuidado*: as instituições no Brasil. Red Internacional de Género y Comercio, set. 2007.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IPEA. *Boletim de Políticas Sociais*: acompanhamento e análise. n. 13, edição especial, 2007. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/Educacao.pdf>.
Acesso em: 1 nov. 2012.

MAHON, Evelyn. Contratos de género y políticas de cohesión social. *Politica y Sociedad*, 19, p. 61-74, 1995.

MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN, Coral (Coord.). *El cuidado en acción*: entre el derecho y el trabajo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2010.

RODRÍGUEZ, Corina. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico. *Revista CEPAL*, n. 106, abr. 2012. Publicación de Naciones Unidas.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRAVAIL, GENRE ET SOCIÉTÉS. *Femmes Providentielles*: enfants et parents à charge. Paris: L'Harmattan, n. 6, out. 2001.